

Ata

32ª REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

09 de novembro de 2012

No dia nove do mês de novembro do ano de dois mil e doze, pelas dezassete horas, reuniu na sala do Conselho da Reitoria da Universidade do Porto, sita na Praça Gomes Teixeira, no Porto, o Conselho Geral, tendo estado presentes os seguintes membros: Luís Portela, Alexandre Quintanilha, António Torres Marques, Baltazar de Castro, Deolinda Lima Teixeira, Isabel Menezes Figueiredo, José Manuel Amarante, Luís M. N. B. F. Santos, Manuel João Monte, Pedro Guedes de Oliveira, Zulmira Santos, Daniel Freitas, Hélio Alves, Pedro Bragança, Sofia Rangel de Valdoleiros, Felicidade Lourenço, Ângelo Ramalho e Manuel Paiva. Justificaram a sua ausência Fátima Vieira, Manuel José Fontes de Carvalho, Ana Maria Braga da Cruz, Beatriz Pacheco Pereira e Manuel Ferreira de Oliveira. Também esteve presente, sem direito a voto, o Reitor da Universidade do Porto, José Carlos D. Marques dos Santos.

A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Geral com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da minuta da ata da reunião de 21 de setembro de 2012;
2. Apreciação e aprovação do Relatório de Atividade Consolidada 2011;
3. Apreciação e aprovação das Contas Consolidadas referentes a 2011;
4. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da U.Porto 2013;
5. Ponto da situação sobre as fundações em que participa a U.Porto;
6. Aprovação do calendário de reuniões do Conselho Geral para o ano 2013;
7. Outros assuntos.

O Presidente iniciou a reunião com os cumprimentos aos presentes.

Ponto 1: Aprovação da minuta da ata da reunião de 21 de setembro de 2012:

A ata da reunião de 21 de setembro de 2012 foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2: Apreciação e aprovação do Relatório de Atividade Consolidada 2011:

Para a discussão deste ponto e dos dois seguintes, o Presidente do Conselho Geral solicitou a presença da Pró-Reitora responsável pela área “Planeamento Estratégico e Participações Empresarias”, Prof.^a Doutora Patrícia Teixeira Lopes, bem como do Administrador da U.Porto, Dr. José Branco e da Auditora externa, Dr.^a Carla Geraldês.

Entrou Alexandre Quintanilha quando eram dezassete horas e vinte minutos.

A Prof.^a Patrícia Teixeira Lopes iniciou a apresentação das linhas gerais do relatório com uma breve caracterização da missão de cada uma das entidades que constituem o universo alargado da Universidade do Porto, a saber, as Unidades Orgânicas, a Reitoria e os Serviços de Ação Social, bem como os Laboratórios de I&D que estão associados à Universidade e outras entidades participadas que prosseguem fins alinhados à sua missão:

- CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental;
- EGP-UPBS - University of Porto Business School;
- FIMS - Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva;
- FGT - Fundação Gomes Teixeira;
- IBMC – Instituto de Biologia Molecular e Celular;
- ICETA – Instituto de Ciências e Tecnologia Agrárias e Agroalimentares;
- INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica;
- INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial;
- INESC-Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto;
- IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da U.Porto;
- UP SGPS – Universidade do Porto, SGPS;
- UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela.

Posteriormente, apresentou a síntese das atividades desenvolvidas pelo Grupo U.Porto, segundo os grandes temas estratégicos fixados pela Universidade - formação, investigação e desenvolvimento económico-social, que permitem avaliar a concretização das metas definidas.

Referiu que foi feita a eliminação da dupla contabilização de atividades conjuntas e a harmonização de indicadores de atividade e processos de medição em todas as entidades do Grupo U.Porto.

No âmbito da investigação, informou que a atividade realizada em 2011 caracterizou-se por elevados padrões de qualidade e escala do *output* científico e recursos científicos envolvidos. Explicou que esta atividade foi desenvolvida em ambientes multidisciplinares, orientada à integração e à translação do conhecimento via mecanismos de transferência de tecnologia e de serviços de apoio à comunidade.

O crescente nível de instabilidade no acesso ao financiamento promoveu a integração em redes de parceria, a incorporação de novos grupos associados e a reestruturação interna de áreas científicas e dos serviços de apoio. Sublinhou ainda o esforço na procura de fontes alternativas de financiamento, apostando em projetos transversais e na prestação de serviços à comunidade.

Em relação à formação, informou que a maioria das entidades associadas não apresentou oferta formativa própria, assegurando ainda assim o apoio a programas de pós-graduação da Universidade. Em matéria de formação pós graduada, executiva ou especialmente desenhada à medida das necessidades das organizações, destacou o enfoque no cruzamento de competências multidisciplinares e a valorização das competências profissionais. Referiu ainda a aposta na acreditação internacional, obrigando à consolidação e à melhoria contínua dos processos de avaliação e controlo de qualidade.

No contexto do desenvolvimento económico-social, explicou que foram desenvolvidas diversas atividades de promoção da propriedade intelectual, da transferência de tecnologia e da valorização do conhecimento, incluindo ações de apoio ao empreendedorismo de base tecnológica. Destacou o contributo da UPTEC, em 2011, com 110 projetos empresariais acolhidos e 1.100 postos de trabalho criados.

Para finalizar, explicou alguns constrangimentos e limitações sentidos na elaboração do Relatório, nomeadamente garantir que todas as entidades remetessem os contributos solicitados para que o documento refletisse de facto a atividade global desenvolvida.

Vários membros do Conselho Geral lamentaram a dificuldade de obter informação da parte de alguns institutos.

Apresentado o relatório, seguiu-se um debate, tendo sido colocadas e esclarecidas algumas dúvidas e feitas algumas sugestões concretas a serem consideradas em futuros relatórios.

A Comissão de Planeamento e Financiamento do Conselho Geral da U.Porto emitiu o seguinte parecer:

“A Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) reuniu hoje dia 09.11.2012, entre outros, para apreciação do Relatório de Atividade Consolidada 2011 da U.Porto.

A CPF fez uma análise genérica do documento. Regista-se um evidente esforço de monitorização dos indicadores estabelecidos e uma conseqüente evolução qualitativa do seu conteúdo.

Propõe-se, assim, a sua aprovação pelo Conselho Geral.”

José Manuel Amarante elogiou a qualidade do relatório, que considerou bem estruturado, o que foi subscrito por todos os membros do Conselho Geral. Depois de analisado e em cumprimento da alínea d) do número 2 do artigo 30 dos estatutos da Universidade do Porto, o Relatório de Atividade Consolidada 2011 foi aprovado por unanimidade.

Ponto 3: Apreciação e aprovação das Contas Consolidadas referentes a 2011:

O Reitor lamentou o atraso no envio do documento ao Conselho Geral e explicou os motivos que estiveram na sua origem. De seguida, o Presidente passou a palavra ao Administrador da U.Porto, Dr. José Branco, que iniciou a apresentação sintética das Contas Consolidadas referentes a 2011.

A apresentação começou por identificar as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Foram referidos os seguintes aspetos caracterizadores da situação económico-financeira em 2011, bem como, a sua variação relativamente a 2010: Balanço, Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa, bem como os indicadores económico-financeiros *cash-flow* e *EBITDA*.

O Administrador referiu a redução no financiamento do Estado em 12,1 milhões de Euros (8,77% face a 2010), a finalização da construção dos novos edifícios do ICBAS/ FFUP e da FMUP, a implementação do ERP Primavera em todas as Unidades Orgânicas, Serviços de Ação Social e Reitoria, o aumento de cerca de 19,5 milhões de Euros nos subsídios a receber de projetos do IBMC e ICETA, assim como a construção dos edifícios da UPTEC, pelo impacto que tiveram nas contas consolidadas, sendo a principal causa do significativo acréscimo verificado, quer no Ativo, quer no Passivo. Em particular no que se refere ao ICETA, verificou-se um aumento de cerca de 12 milhões de Euros, justificado, essencialmente, pela alteração da política contabilística. Finalizou a sua apresentação sublinhando que todos os resultados melhoraram face a 2010.

Após a apresentação seguiu-se um pequeno debate, tendo sido colocadas e esclarecidas algumas dúvidas.

A Comissão de Planeamento e Financiamento do Conselho Geral da U.Porto emitiu o seguinte parecer:

“A Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) reuniu hoje dia 09.11.2012, entre outros, para apreciação do Relatório de Contas Consolidadas 2011 da U.Porto.

Agradecemos a disponibilidade do Sr. Administrador que nos fez uma apresentação detalhada do relatório e explicando as principais variações relativamente ao ano anterior.

No entanto, como a conclusão da elaboração deste relatório foi tardia, razões que nos foram explicadas, e a sua distribuição aos membros do Conselho Geral só aconteceu ao fim desta manhã, consideramos que a sua aprovação deve ser adiada para a próxima reunião, sem prejuízo da discussão que hoje se possa fazer. Fazemos notar que:

- do ponto de vista material, a Universidade do Porto representa cerca de 90% do perímetro de consolidação daquilo que se designa por Grupo U.Porto e que o respetivo Relatório de Contas 2011 foi já aprovado por este Conselho em maio último,
- se deverá dar aos membros do CG o tempo adequado para análise do documento excepcionando-se, certamente, situações de urgência, o que não é o caso.

Propõe-se, assim, a sua aprovação na próxima reunião do Conselho Geral.”

O Presidente consultou os membros do Conselho Geral a propósito da aceitação do parecer emitido pela Comissão de Planeamento e Financiamento, tendo sido aceite por unanimidade aprovar as Contas Consolidadas referentes a 2011 na próxima reunião do Conselho Geral.

Ponto 4: Apreciação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da U.Porto 2013:

O Presidente deu a palavra à Pró-reitora que iniciou a apresentação das linhas gerais do Plano de Atividades para 2013 com uma referência ao enquadramento e às questões metodológicas. Saliu o facto de a U.Porto ter sido a universidade portuguesa com a maior taxa de preenchimento de vagas (99%) na primeira fase do concurso nacional de acesso ao Ensino Superior no ano letivo 2012/2013 e ainda o facto de ter registado as notas mais altas de entrada.

Sublinhou que os objetivos estratégicos e operacionais para 2013 foram acordados entre todas as entidades constitutivas da U.Porto, a saber, Reitoria, Unidades Orgânicas e Serviços de Ação Social da U.Porto, segundo os grandes domínios de intervenção definidos no atual quadro estratégico: “Excelência na Investigação”, “Qualidade na Formação” e “Desenvolvimento Económico e Social”. Nessa conformidade, para cada um dos objetivos operacionais definidos para 2013 foram identificadas as ações e indicadores com as metas que se pretendem atingir.

A Pró-Reitora explicou que o Plano de Atividades e Orçamento para 2013 foi elaborado num quadro de difícil compromisso, em que, por um lado, a U.Porto pretende continuar a crescer, destacando-se no contexto nacional e internacional e por outro lado, persistem os fortes constrangimentos dos cortes nas transferências do Orçamento de Estado, complementados com os atropelos à autonomia universitária que prejudicam a capacidade de gerar receitas próprias.

Finalizada a sua intervenção, o Presidente passou a palavra ao Administrador da U.Porto, Dr. José Branco, que iniciou a apresentação sintética do Orçamento para 2013 com uma referência ao enquadramento macroeconómico. O Administrador explicou que, à semelhança do que já aconteceu no ano anterior, o processo de consolidação orçamental continuará a ser muito exigente em 2013. Explicou que embora se preveja que a U.Porto receba 104.820.456 Euros para despesas de funcionamento, mais 5,4% face a 2012, em termos reais esta variação corresponde a um decréscimo, considerando o aumento de encargos decorrentes de:

- pagamento à Fundação para a Computação Científica Nacional, no montante de 1.479.367 Euros, pelos serviços da *B-On*;

- reposição do subsídio de Natal aos colaboradores da U.Porto, no montante de 8.354.898 Euros.

Considerando o efeito destas duas situações na dotação do Orçamento de Estado, a U.Porto terá efetivamente para despesas de funcionamento, o montante de 94.986.191 Euros, o que representa um decréscimo de 4,5% face a 2012.

O Administrador referiu que este decréscimo poderá ainda ser superior, caso se confirme o aumento do encargo da entidade patronal relativo à Caixa Geral de Aposentações de 15% para 20%, bem como o relativo à Segurança Social de 21,8% para 23,75%, previstos na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2013. Explicou que caso estas medidas sejam aprovadas sem que a dotação do Orçamento de Estado seja reforçada, o impacto negativo no orçamento da U.Porto será de 4,4 milhões de Euros, o que somado aos 4,5 milhões de Euros referentes ao corte efetivo e à parte do subsídio de Natal não repostos, representará um decréscimo real de 8,9 milhões de Euros, menos 8,9% face ao Orçamento de Estado recebido em 2012.

Quanto ao Balanço Previsional, informou que se prevê que o ativo líquido ascenda a 701.369 milhares de Euros, o que corresponde a um decréscimo de 4% face ao estimado para 2012 (o ativo fixo de 557.772 milhares de Euros, o ativo circulante de 142.800 milhares de Euros e os acréscimos e diferimentos de 798 milhares de Euros). Quanto ao passivo, prevê-se que ascenda a 203.601 milhares de Euros, antecipando-se um decréscimo de 12% face a 2012.

Quanto à Demonstração de Resultados, os proveitos deverão ascender a 194.162 milhares de Euros e os custos a 193.989 milhares de Euros, sendo expectável que o resultado líquido ascenda a 173 milhares de Euros. O Administrador chamou a atenção para o facto dos custos com pessoal se manterem como a rubrica com maior expressão nos custos da U.Porto, estimando-se que em 2013 representem 65% do total.

Após a apresentação seguiu-se um pequeno debate sobre o documento apresentado. Vários membros do Conselho Geral manifestaram preocupação pelo impacto que os cortes de financiamento anunciados terão na investigação e na formação pós-graduada.

A Comissão de Planeamento e Financiamento do Conselho Geral da U.Porto emitiu o seguinte parecer:

“A Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) reuniu hoje, dia 09.11.2012, com o Sr. Administrador da U.Porto, Dr. José Branco, sobre o Plano de Atividades e Orçamento ano 2013.

Fez-se uma análise genérica do documento tendo-nos sido explicado o contexto em que o documento foi desenvolvido.

Considerando que há um processo negocial em curso entre o CRUP e o Governo, consideramos prematura a aprovação deste documento na reunião do Conselho Geral de hoje.”

Conforme parecer da Comissão de Planeamento e Financiamento, foi aceite por unanimidade deixar a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da U.Porto 2013 para a próxima reunião do Conselho Geral.

Saiu Luís M. N. B. F. Santos quando eram dezanove horas e trinta e cinco minutos.

Ponto 5: Ponto da situação sobre as fundações em que participa a U.Porto:

No seguimento do anúncio feito pelo Governo de extinção de algumas fundações públicas, o Reitor informou que foi recebida notificação do Secretário de Estado da Administração Pública recomendando a extinção da Fundação Gomes Teixeira e informando da imposição de uma redução de 30% do total de

apoios financeiros públicos por parte da U.Porto à Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva (FIMS).

Informou que foi enviado um ofício onde se demonstra que a extinção da Fundação Gomes Teixeira acarreta problemas que carecem de solução legal, nomeadamente o pagamento de uma indemnização por cessação dos contratos de trabalho, ou a integração dos colaboradores da Fundação Gomes Teixeira na U.Porto. A primeira solução exige o recurso a verbas não existentes e a segunda pode violar a Lei do Orçamento para 2012.

Relativamente à Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva (FIMS), o Reitor informou que foi enviado ofício explicando que a origem do património é privada, fruto do testamento da Arquiteta Maria José Marques da Silva à Universidade do Porto para criação do “Instituto Arquiteto José Marques da Silva”. Informou ainda que, sendo o património da FIMS totalmente de origem privada e o seu fundo inicial constituído por verbas transferidas pelos testamentários da Arquiteta, assim como por receitas próprias, e não tendo recebido qualquer apoio financeiro público, a redução de 30% é inaplicável.

Ponto 6: Aprovação do calendário de reuniões do Conselho Geral para o ano 2013:

Foi aprovado, por unanimidade, o seguinte calendário das reuniões do Conselho Geral para o ano 2013:

- 11 de janeiro
- 15 de março
- 12 de abril
- 14 de junho
- 12 de julho

Ponto 7: Outros assuntos:

O Presidente informou que contactou a Professora Doutora Maria João Rodrigues e o Engenheiro José Manuel Fernandes, as personalidades propostas para substituir o Dr. Basílio Horta e o Professor João Monjardino como curadores da Fundação Universidade do Porto, tendo estas demonstrado abertura e satisfação para aceitar o convite.

Alexandre Quintanilha e Deolinda Lima saíram quando eram vinte horas e cinco minutos.

Na sequência da questão levantada na reunião de 18 de março de 2011 sobre a existência de 14 processos disciplinares levantados pelo Hospital São João a Professores da Faculdade de Medicina da U.Porto, José Manuel Amarante declarou o seguinte:

“Os processos disciplinares instaurados pelo Centro Hospitalar de S. João a 14 Docentes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, tendo como único fundamento alegadas faltas injustificadas pelo facto de estes não se terem submetido ao controle biométrico, instalado e controlado em exclusivo pelo Centro Hospitalar S. João (relativamente às 35 horas a que os mesmos estão obrigados a prestar à Faculdade de Medicina, tendo em conta o ECDU), foram todos arquivados pela Inspeção Geral das Atividades em Saúde, no final do último mês de julho.

Tratando-se de uma torpe perseguição, como na altura denunciei a este Conselho, em que apenas se pretendeu denegrir a imagem pública de alguns professores empenhados da U.Porto (três deles professores catedráticos, um dos quais anterior diretor da Faculdade em dois mandatos sucessivos – eu próprio - e um outro a escassos meses dos setenta anos de idade, que no decurso do Processo já estava

jubilado), baseada numa interpretação abusiva do protocolo estabelecido entre a FMUP e o H. S. João que foi assinado pelo Sr. Reitor (acordo esse que não tivera a aprovação prévia do Conselho Científico como seria exigível).

Convocado como testemunha no âmbito desse Processo o Sr. Reitor afirmou ao Sr. Inspetor do I.G.A.S. que o controlo pelo sistema biométrico era incompatível com a atividade universitária, o que veio reforçar a oportunidade e a pertinência da carta que em maio último eu lhe tinha endereçado, como membro deste Conselho, solicitando a não renovação tácita e a conseqüente denuncia do referido Protocolo, de forma que o mesmo fosse devidamente avaliado e eventualmente revisto por este Conselho Geral, para ser expurgado de normas permissivas de interpretações abusivas por parte do Centro Hospitalar S. João, que continuam a verificar-se.

Decorreram mais de seis meses desde o envio dessa carta sem que à mesma tenha recebido qualquer resposta e o problema mantém-se, permitindo o Senhor Reitor que continue a verificar-se uma inaceitável discriminação de Professores quer relativamente a outras Universidades, quer dentro da própria U.Porto e mesmo em relação a outros funcionários da FMUP, e continuando a ser levantados novos Processos disciplinares a docentes da FMUP, pelo Centro Hospitalar de S. João, com base na mesma interpretação abusiva do referido Protocolo assinado pelo Senhor Reitor.

Continuo pois a aguardar uma resposta à referida carta, a que penso ter direito, cuja cópia peço para ser junta à Ata desta Reunião para conhecimento dos interessados.”

Felicidade Lourenço solicitou a palavra para manifestar desagrado quanto aos rumores surgidos relativamente à sua ausência na última reunião do Conselho Geral, que apontavam como causa dessa ausência o facto de não querer votar o documento com os princípios e a forma a que deverá obedecer o Regulamento Orgânico da Universidade do Porto. A intervenção feita, dirimiu qualquer suposição por quanto a ficar clarificada a sua ausência, como aliás já tinha sido feita por *e-mail* atempadamente e pela própria, a todos os elementos do Conselho Geral.

O Reitor informou que estão abertas as candidaturas a diretor da Escola Doutoral da Universidade do Porto, sendo os próximos passos a escolha do diretor pela comissão externa de acompanhamento e a sua nomeação pelo reitor após audição do Conselho Geral.

Atendendo ao volume de assuntos para a próxima reunião do Conselho Geral, agendada para o dia 07 de dezembro, o Presidente propôs que a reunião desse dia tivesse início às 15h00, o que foi aceite.

Terminada a reunião, as deliberações foram assinadas pelo Presidente e por todos os restantes membros presentes.

O Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e trinta minutos. De tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente.

O Presidente do Conselho Geral da U.Porto,

Luís Portela

Departamento de Cirurgia
Prof. Doutor José Manuel Amarante

Exmº Senhor Reitor:

O protocolo celebrado entre o H.S. João e a Universidade do Porto, assinado por V.Exª em 2007 e publicado no D.R. no ano seguinte (em 7 de Agosto de 2008), refere no seu artigo 16º que o mesmo é válido pelo período de dois anos a partir da sua entrada em vigor, renovando-se tácita e automaticamente por períodos iguais e sucessivos, se não for denunciado por escrito, por qualquer das partes, até 31 de Maio.

O referido protocolo foi assinado por V.Exª sem ter sido previamente precedido de parecer favorável do Conselho Científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto – parecer favorável imposto pelas disposições conjugadas constantes do art.3º do Dec.- Lei nº 206/2004, de 19/8 e dos arts. 43º, nº 1, al. a) e 52º, nº 1, al. f) dos Estatutos da Faculdade de Medicina, publicados no DR nº 243, II Série, de 20 de Outubro de 2003.

Foi V.Exª então atempadamente alertado para esta situação – seja por petição, seja pessoalmente por vários professores dessa mesma Faculdade - meses antes da publicação do Protocolo em causa no D.R., mas tal acabou por não obstar a essa publicação.

Entretanto, a Universidade do Porto passou ao regime fundacional e o próprio Hospital S. João, EPE, foi extinto para dar origem ao Centro Hospitalar S. João, EPE.

Mas, bem mais importante do que isso, o Protocolo em causa deu origem a uma interpretação manifesta e claramente abusiva por parte do Centro Hospitalar de S. João, EPE, que se têm traduzido na discriminação do Pessoal dentro da Faculdade de Medicina e dentro da própria Universidade que V.Exª superiormente dirige, e originaram uma situação única e sem paralelo em todo o país, no que respeita à colaboração entre os diversos hospitais e as diferentes Faculdades.

Unidades: Anestesiologia e Cuidados Peri-Anestésicos; Angiologia e Cirurgia Vascular; Cirurgia Experimental; Cirurgia Geral; Cirurgia Pediátrica; Cirurgia Plástica, Reconstrutiva, Estética e Cirurgia Maxilo-Facial; Ortopedia e Traumatologia

Departamento de Cirurgia
Prof. Doutor José Manuel Amarante

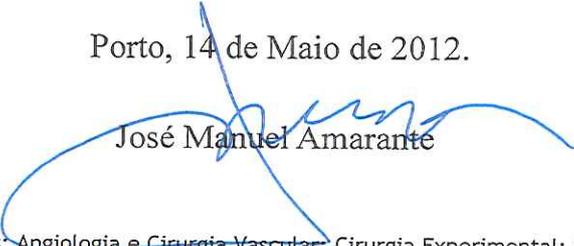
Como é do conhecimento de V. Ex^a, estão em curso processos disciplinares - cujo número ascende a 14 (catorze), pasme-se! -, instaurados pelo Centro Hospitalar de S. João a professores contratados em regime de tempo integral pela Universidade do Porto, todos eles Professores Catedráticos ou Professores Associados (a maioria destes com Agregação), visando a sua suspensão por períodos de muitos meses.

É esta uma situação tão caricata quão absurda que, como disse acima, resulta de uma interpretação abusiva do Protocolo por parte do Centro Hospitalar de S. João, EPE, mas que, em nosso entender, só se tornou possível por virtude do não cumprimento da lei e, designadamente, das disposições legais acima referidas – acabando o Protocolo actualmente em vigor por não cumprir adequadamente os objectivos e as finalidades da sua existência legal, nomeadamente a conveniente articulação entre as actividades de ensino ou de investigação e a actividade clínica, bem como a interligação funcional e institucional entre as instituições que o outorgam, como demonstrado está.

Face a quanto precede, e enquanto membro do Conselho Geral da Universidade do Porto, venho solicitar a V. Ex^a que, pelas razões aduzidas, não permita que o Protocolo aqui em causa seja tacitamente renovado - o que exigirá que a respectiva denúncia seja efectuada por V. Ex^a. anteriormente ao dia 31 do corrente mês de Maio -, a fim de possibilitar não só que o mesmo possa ser devidamente clarificado, avaliado e eventualmente revisto ou expurgado de normas permissivas de interpretações abusivas, mas também que, quanto a um novo Protocolo a celebrar, possa ser agora finalmente cumprida a lei, e designadamente a prévia obtenção de parecer favorável do Conselho Científico da FMUP, imposta pelas normas legais acima referidas.

Com os meus cordiais cumprimentos, subscrevo-me atentamente,

Porto, 14 de Maio de 2012.


José Manuel Amarante

Unidades: Anestesiologia e Cuidados Peri-Anestésicos; ~~Angiologia e Cirurgia Vascolar~~; Cirurgia Experimental; Cirurgia Geral; Cirurgia Pediátrica; Cirurgia Plástica, Reconstrutiva, Estética e Cirurgia Maxilo-Facial; Ortopedia e Traumatologia